

# Folha Socialista

ANO II - 20 de Fevereiro de 1949 - N.º 22

EDITADO PELA COMISSÃO ESTADUAL DE SÃO PAULO DO

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

PREÇO DO EXEMPLAR: CR.\$ 1,00

Diretores responsáveis:  
Antônio Cândido e  
Arnaldo Pedross d'Harla

Redação:

Praca da Sé, 237 - 2.º and

Telefone 3-2520

Gerente:  
Fébus Gilkavate

SÃO PAULO — BRASIL

## A verdade sobre a Santos-Jundiá

A Estrada de Ferro Santos-Jundiá arquitetou um plano diabólico para reduzir o número de seus operários, contornando as leis trabalhistas, sem pagar indenização. Assim é que esta empresa, que atualmente é dirigida pela União, retira pequenas concessões que dava aos seus trabalhadores e diminui-lhes os ordenados. Embora legalmente, imoralmente aos poucos leva-os aos desesperos para que eles entrem em greve, afim de poder despedi-los sem que precise dispendir qualquer importância a título de indenização, como prevê a lei.

Os empregados da Estrada de Ferro tinham, no tempo da direção da S.P.R., direito a passe livre para si e para sua família duas vezes durante o ano, não tendo atualmente esse direito.

Como os salários dos ferroviários da Estrada era e é de fome, no tempo da S.P.R., para amenizar um pouco esta situação, os empregados trabalhavam 9 horas por dia, ganhando, portanto, uma hora a mais de extraordinário. Atualmente, procurando diminuir os gastos da empresa e hipocritamente à guisa de cumprir um preceito humanitário da lei trabalhista, determinaram que o trabalho fosse feito durante 8 horas por dia, suspendendo a hora de extraordinário diário, entretanto, não adicionaram aos ordenados a hora extraordinária de tempos idos, o que realmente veio colocar os ferroviários em situação econômica ainda mais aflitiva.

Antes de passar a Estrada para a administração federal, em casos excepcionais, mediante comprovação de necessidade, a Estrada permitia uma ou outra ausência do serviço sem descontar o dia do trabalho, sistema esse, hoje, completamente abolido.

Por ocasião do pequeno aumento dado em julho de 1946, os conferentes, escriturários em geral, foram rebaixados de classe e, nestas condições, funcionários de mais de 20 anos de serviço na Estrada, como por exemplo os conferentes de 2.ª classe que ganhavam 1.200,00, foram rebaixados para conferentes de 3.ª classe com o ordenado de 1.100,00, voltando desta forma ao início da carreira. Este fato vem sendo repetido, pois cada vez que é dado um pequeno aumento, a Estrada vem sistematicamente colocando os seus funcionários em degraus inferiores, sendo certo que conferentes com mais de 20 anos, hoje são auxiliares de conferentes.

Quando um ferroviário não recebe mensalista dá uma falta, é-lhe descontado (1/25) um, vinte e cinco avos; entretanto nem cogita a Estrada de pagar a esses pseudos mensalistas um dia correspondente ao descaço semanal remunerado.

Antigamente a Estrada fornecia gratuitamente aos operários que trabalhavam expostos às chuvas, capos e perneiras. Até mesmo a entrega desses apetrechos foi definitivamente suspensa, o que representa um ato de desumanidade, provocando a indignação de todos os ferroviários.

Antigamente quando um operário substitua outro de categoria superior, embora não lhe possessem o ordenado do substituído, davam-lhe um abono correspondente a cerca de 3 dias e meio; hoje nem sequer esse abono é pago.

Os ferroviários estão conscientes de que a direção da estrada quer levá-los ao desespero, quer forçá-

los à greve para poder despedi-los sem pagamento de indenização. Mas os ferroviários da Santos-Jundiá têm procurado não entrar em greve, embora saibam que é um princípio assente na Constituição. A Estrada, não conseguindo levar os ferroviários ao completo desespero, e a usar o recurso último e extremo da greve, à guisa de economia despediu no mês passado, até o dia 17, 48 operários da Oficina da Lapa, da categoria de foguista e limpadores. Daí eclodir a greve de solidariedade na Estrada e poder aquela ferrovia despedir centenas de empregados, muitos dos quais nem tomaram parte nessa greve. Atualmente continuam os dispênses, embora com indenização de inúmeros ferroviários com menos de 10 anos.

Desta forma, empregados estivesse, com 25 anos de serviço, estão respondendo processo-administrativo

(Concluz na pg. 2)

## CASAS PARA OPERÁRIOS

Os excessos de lucros das indústrias serão revertidos em vilas operárias — eis aí uma das muitas promessas feitas na campanha eleitoral pelo presidente eleito. Se fosse ela cumprida, os trabalhadores teriam resolvido um dos seus problemas máximos. O congestionamento do transporte coletivo que ora verificamos é, em geral, ocasionado pela falta de moradia próxima aos locais de trabalho. Um trabalhador, por exemplo, que mora em Santo André e trabalha na Penha ou em Pinheiros gasta em condução e almoço quase a metade de seu salário, ao passo que se houvesse vilas operárias junto às fábricas, estariam resolvidos, em parte, o problema do trânsito e o do salário, porque o empregado iria pagar um aluguel mais suave e economizar as despesas de viagem e alimentação. Os salários estão praticamente congelados e o pobre operário se quer melhorar seus vencimentos é obrigado a se mudar de indústria de vez em quando. E não achando casa próxima a seu emprego é obrigado a viajar, ficando cansado, exgotado, esfarrapado. Isso porque o governo não cumpre suas promessas.

(Concluz na pg. 2)

## O exemplo dos gráficos

Os gráficos de São Paulo mais uma vez mostraram ao movimento operário brasileiro o caminho da luta proletária. No ano em que se comemora o 26.º aniversário da greve de 1923, alguns gráficos resolveram levantar novamente a bandeira de luta e impedir que o STIG desparecesse do cenário do movimento operário brasileiro, suscitado pela junta governativa que há dois anos o vem dirigindo.

A notícia da fundação de um Comitê de Defesa da Autonomia Sindical do STIG, é das mais promissoras e cheias de esperanças a todos aqueles que, apesar do panorama geral ser desanimador, nunca descrederam da fibra e do ânimo combativo daqueles veteranos lutadores de 1923 e tantas outras gloriosas jornadas. E, quando esse comitê se forma justamente no dia em que a corporação gráfica de São Paulo comemora mais um aniversário do movimento operário de 1923, lembrando aos demais membros da corporação que o STIG tem uma tradição que precisa ser preservada para bem do movimento operário no Brasil, é de se esperar que os gráficos de São Paulo ergam-se novamente para a luta, expulsando do sindicato da classe o interventor que o Ministério do Trabalho lhe colocou.

A história dessa intervenção, que vem desde maio de 1947, é bem representativa do que significa para os sindicatos a presença de um agente do ministério da indústria e do comércio à frente de seus negócios. Todas as atividades culturais do Sindica-

to foram suspensas; as assembleias não mais se realizam e os gráficos não mais têm oportunidade de aprender no processo da luta diária; o caráter de luta do sindicato foi substituído por uma acomodação aos senhores patrões, que chega às raízes do servilismo. E mais. Quando algum veterano lutador pretendia prestar sua colaboração no sentido de salvar alguma coisa da outrora gloriosa UTG, a diretoria o hostilizava, impedindo assim que o sindicato pudesse continuar desempenhando sua missão. E, enquanto tudo isso se passa, a corporação gráfica luta com uma série enorme de dificuldades, criadas pelo aumento incessante do custo da vida e estagnação dos salários. Desconhecendo sua função primeira, o sindicato de classe permanece imóvel, nada fazendo pelos trabalhadores.

O movimento que se esboça agora no seio da corporação gráfica de São Paulo merece o apoio de todos os trabalhadores nas indústrias gráficas do Estado e de todo o Brasil. E serve, também, como estímulo para que os trabalhadores de outras categorias profissionais que não se conformam com a intervenção ministerial, se organizem em comitês de defesa da autonomia sindical, afim de se poder organizar em breve um amplo movimento de toda a classe operária, no sentido de exigir-se, imediatamente, as liberdades sindicais livres e honestas, sem a presença da polícia política do ministério do trabalho.

Tudo pela autonomia sindical!

O. S. F.

## A cooperativa é um produto do movimento operário

O trabalho que abaixo transcrevemos, é de autoria do companheiro Hilcar Leite, do Rio de Janeiro que há anos estuda o problema das cooperativas, estando mesmo empenhado na Capital do País no desenvolvimento e propagação dos princípios cooperativistas.

Socialista de Partido, já são conhecidas as posições que assumimos em defesa da liberdade e autonomia da cooperativa. Em certa época, fomos os únicos a combater o controle governamental sobre as cooperativas. Pelas colunas de Vanguarda Socialista, agora órgão central do Partido Socialista Brasileiro, ao qual pertencemos, mantivemos uma cerada campanha contra qualquer modalidade de controle estatal e em defesa do caráter socialista da cooperativa. Confundendo-se, ainda agora, socialismo com as formas econômi-

cas existentes na Rússia. A vitória do bolchevismo obliterou durante certo tempo as antigas concepções democráticas e libertárias do socialismo como se encontram em Marx e Engels e não bem definidas em Rosa Luxemburg, Karl Kautsky, Vanderwilde e em inúmeros outros teóricos socialistas revolucionários, e, mesmo moderados. Hoje, com o governo do Partido Trabalhista na Grã-Bretanha, já se vai fazendo claro que as formas socialistas são democráticas e se opõem às existentes na Rússia, cujo regime não passa de uma das formas de capitalismo de Estado.

Por seus origens, é a cooperativa um produto do movimento operário e os seus precursores são conhecidos historicamente como socialistas utópicos, pois visavam todos eles a libertação do operariado, do povo

HILCAR LEITE

pobre, das misérias geradas pelo capitalismo. Frequentemente se esquece que foi William King o primeiro reformador social que expôs o princípio fundamental do socialismo democrático: a emancipação econômica dos trabalhadores tem de ser obra dos próprios trabalhadores. Deve-se ainda acentuar que os primeiros realizadores da cooperação moderna — os "Pioneiros" de Rochdale, a maioria era composta de owenistas — comunistas práticos que seguiam as idéias do genial Robert Owen — e de cartistas, isto é, membros do Partido da Carta do Povo, o primeiro partido operário da história.

(Concluz na pg. 2)

## PERON EM APUROS

As notícias procedentes da Argentina anunciam que o país está ameaçado de séria crise econômica, conseqüente à falta de divisos. A economia argentina, que atravessou um período de grande prosperidade durante a guerra e na primeira fase do pós guerra, devido à posição privilegiada do país, que é grande produtor de mercadorias básicas na alimentação — trigo e carne — tinha de sofrer quedas consideráveis, com o restabelecimento da capacidade de produção dos países europeus e com a invasão dos mercados pelo poderoso capitalismo norte-americano, agora escorado na supremacia militar atingida durante a guerra. Parece, portanto, que vão começar a faltar as bases para a demagogia do sr. Peron. Este, durante e após a guerra, pode explorar largamente a situação privilegiada da Argentina, apregoando a prosperidade do país como obra sua e dando-se ao luxo de fazer concessões aos trabalhadores, concessões essas que foram exploradas pela propaganda e pela técnica do fascismo, muito bem aplicadas pelo peronismo. Vejamos, agora, como se sairá o aprendiz de ditador fascista do país vizinho, quando começar a se aprofundar a crise econômica e ele não puder mais apresentar as "grandes realizações do seu governo" multiplicadas pela propaganda, para engodo dos massas.

## Deslindam-se os campos no...

(Conclusão da última pag.)

de 1945. Na nova Federação figuravam a F.S.I., os Secretariados Profissionais, a C.I.O. americana, os sindicatos soviéticos e 38 centrais nacionais, 32 das quais pertenciam a países aliados. Apesar disso, a união sindical não foi inteiramente realizada, porque continuavam fora da Organização os Sindicatos Cristãos e a A.F.L., que é a mais forte sindical dos trabalhadores norte-americanos.

Em novembro de 1947, o delegado da C.I.O. americana apresentou uma proposta à F.S.M. afim de que seus membros se pronunciassem sobre o Plano Marshall. A proposta foi rejeitada, recebendo, porém, a adesão dos sindicatos britânicos. O delegado da C.I.O. dirigiu-se a Moscou em fevereiro de 1948, obtendo dos sindicatos soviéticos que essa questão fosse incluída na ordem do dia. Entretanto, a 9 de março seguinte, reuniu-se numa conferência sindical em Londres algumas organizações filiadas à F.S.M., como a C.I.O., as Trade Unions, etc., e outras não filiadas, como os Sindicatos Cristãos, a A.F.L. americana, e "Force Ouvrière", francesa, para estudar a aplicação do Plano Marshall. Era a primeira brecha aberta na unidade sindical da F.S.M., agravada ainda pela oposição, claramente formulada a 18 do mesmo mês, do Secretariado Profissional da Metalurgia.

A 30 de abril do ano último, instalava-se em Roma, o Comitê Executivo da F.S.M. Nessa reunião, o delegado da C.I.O. americana atacou violentamente o Secretário Geral da Federação, Sr. Louis Sallant, acusando-o de se servir dessa Organização para fazer propaganda comunista, especialmente para a difusão do manifesto do Primeiro de Maio desse ano. Outro dos motivos de atrito foi a questão da filiação da "Force Ouvrière", francesa, fundada após a cisão da Confederação Geral do Trabalho. Todavia, a atitude conciliadora dos sindicatos americanos e soviéticos evitou a ruptura nesse momento. Por outra parte, salvou-se a situação da Federação perante o Plano Marshall, deixando às Centrais Nacionais liberdade de movimentos para seguir, nessa conjuntura,

o caminho que melhor lhes parecesse.

Entretanto, a tensão internacional agrava-se dia a dia. Os ecos da "guerra fria" abalavam cada vez mais a unidade da Federação Sindical Mundial, onde a política de Leste tinha posições vantajosas sobre a de seus adversários. O Comitê consultivo sindical de Londres prosseguia suas atividades, à margem daquela Federação. E a 27 de outubro, o Conselho Geral das "Trade Unions" tomava a iniciativa de pedir a suspensão das atividades da "F.M.S.", declarando, na mesma resolução, que, se satisfação não lhe fosse dada, se retiraria dessa Organização. Foi isto que agora ocorreu em Paris, sendo as "Trade Unions" seguidas pela C.I.O. americana, e pelos sindicatos holandeses.

Projeta-se agora uma "Internacional de Sindicatos Livres", para agrupar todas as sindicais não controladas pelo Kominform. Essa organização encontra-se, porém, numa fase apenas embrionária, pois que os sindicatos britânicos recitavam uma excessiva predominância dos sindicatos norte-americanos.

Com que efetivos contaria essa nova Internacional? O núcleo virtual já existe. São as dezoito Centrais Nacionais que se reuniram em março último para estudar a cooperação dos trabalhadores ao Plano Marshall. Só os Estados Unidos dariam à nova Sindical 14 milhões de filiados (A.F.L., 8 milhões; C.I.O., 6 milhões). Em França, as organizações não comunistas reúnem aproximadamente dois milhões de filiados: "Force Ouvrière" e Sindicatos Cristãos. Três milhões viriam da Bélgica, Dinamarca, Holanda, Suécia e Noruega. Da Suíça, cerca de 500.000. Por último, os 120.000 sindicalizados do Sarrco, os austríacos (1 milhão) e cinco milhões das três zonas Oeste da Alemanha. Na América Latina, a Confederação interamericana, fundada sob os auspícios da A.F.L., dos Estados Unidos, forneceria 1 milhão de operários, pouco mais ou menos.

Na "F.S.M." ficaria a enorme massa dos sindicatos soviéticos com seus trinta milhões de aderentes e dos países satélites da Europa, que funcionam praticamente como organismos do Estado,

## A COOPERATIVA É UM PRODUTO DO MOVIMENTO OPERÁRIO

(Conclusão da 1.ª pag.)

O caráter socialista e proletário só desaparece da cooperativa quando outras classes sociais e instituições sociais não-proletárias e anti-socialistas se apropriam de sua forma de organização e lhe deformam os princípios. Por isso não se pode falar de doutrina cooperativista. Exceto nos países em que a cooperativa foi posta a serviço do sistema econômico vigente, cada classe e cada partido tem suas próprias doutrinas cooperativistas. Exceto nos países totalitários, cuja legislação reduz a cooperativa a objetivos econômicos restritos — ajuda à economia doméstica, luta contra a carestia — a cooperativa tem os mais amplos objetivos sociais e educacionais. Na verdade, visa a cooperativa substituir o capitalismo. Biz-zozzetto afirma categoricamente que a cooperação só tem valor quando é feita pelas classes pobres.

A deformação imposta à cooperação por classes e partidos não-proletários e pelo Estado, contribuiu para gerar a confusão no cérebro de todos. Na maioria, os teóricos

do movimento cooperativista obscurecem sistematicamente a consciência popular, pois estudam a cooperativa fora de seu contexto histórico e social, deduzindo tudo da palavra cooperação e suas cognatas, em abstrato. Dai, por essas deduções lógicas, agruparem num mesmo denominador organizações de diferentes espécies econômicas.

A formulação das teses propostas acarreta o perigo de se travar um debate acadêmico, pois se debaterá a cooperação num plano abstrato. Dessa maneira, não se contribuirá para a elevação da consciência dos militantes das cooperativas e só se terá fortalecido o trabalho de "bourgeois de crânes", a que se dedicam os teóricos burgueses. Esses, com seus trabalhos, criam uma falsa consciência, pois evitam que se veja a realidade do sistema capitalista.

Acredito, assim, que, antes de se discutir as três teses propostas, teria de se provocar uma discussão preliminar quanto ao caráter real, social e econômico, das organizações de todas as espécies rotuladas de cooperativas. Para nós, socialistas,

o nome nem sempre contém a coisa.

Não somos sectários, nem tão pouco queremos impor os nossos pontos de vista aos demais. Deseja-se apenas esclarecer todas as questões ligadas à cooperativa, para que todos possam decidir com plena consciência. Só assim é que se fará um verdadeiro trabalho de conscientização social.

Essa questão que propomos é necessária em vista das inúmeras deformações e transformações por que passou a cooperativa, não só em relação aos seus princípios fundamentais como também em relação à sua administração e formas orgânicas.

Na realidade, o campo da cooperação tornou-se uma verdadeira estribriaria de Angiás, em virtude das influências exercidas pelos partidos burgueses, clericalistas, bolchevistas e fascistas. O ingresso de classes não-proletárias na cooperação livre modificou o caráter das cooperativas. E tudo isso precisa ser estudado.

A deformação da cooperativa vem de longa data.

Em 1862, quando os associados de Rochdale rejeitaram a participação dos trabalhadores nos lucros das fábricas de propriedade da cooperativa, os velhos "Pioneiros" escreveu ram no almanaque da cooperação, em 1864: "O propósito principal dos fundadores da sociedade foi lograr uma justa repartição dos lucros que produzissem as fábricas de algodão e de lã. Ainda hoje mantêm essa crença em que todos aqueles que contribuíram para a criação da riqueza devem participar em sua repartição. A Sociedade traiu esses princípios. Por desgraça, seus iniciadores não puderam fazer outra coisa senão deplorar".

George Jacob Holyoake, escrevendo sobre o mesmo assunto, em sua famosa "História dos Justos Pioneiros de Rochdale" (editada no Brasil, em 1933, pela Livraria Francisco Alves, traduzida por Arquimedes Taborda, sob o título de "Os 28 tecelões de Rochdale"), afirma: "Os principais chefes do movimento contra a participação dos trabalhadores nos lucros, pertenciam à classe dos administradores, pequenos comerciantes e pessoas da mesma espécie. O argumento preferido contra o direito dos trabalhadores era o de declarar que se tratava de uma "teoria socialista". Era, por certo, uma "teoria socialista", mas todos os armazéns cooperativos se baseiam na mesma teoria quando entregam os lucros, tanto aos compradores como aos capitalistas.

Não obstante isso, a Sociedade cooperativa manufatureira de Rochdale conservou o título de "cooperativa", mesmo depois de abandonar o princípio que justificava tal título.

Cooperação significa reconhecimento dos direitos do operário, não indiretamente em proporção infinitesimal, hipotética e abstrata, mas direta, simples, pessoal, absolutamente e de maneira permanente, à posse do produto do seu trabalho". Queriam os "Pioneiros" uma justa repartição das riquezas e assim defendiam a participação dos trabalhadores nos lucros. Hoje, esse princípio, considerado fundamental, transformou-se em "Justo pagamento ao trabalho".

Esse trabalho de esclarecimento é necessário no nosso país, ainda mais porque há um teórica brasileiro que escreveu num dos seus livros: "É verdade que o comunismo, o fascismo e o socialismo têm pontos de contacto com o Cooperativismo, por isso mesmo que eles, sob vários aspectos, decaem do dinamismo das leis sociais".

## Custo de vida e socialismo

Uma revista inglesa realizou um estudo comparativo bem documentado, comparando o custo de vida na Inglaterra sob o governo trabalhista, e na Rússia, sob o regime soviético, nos últimos meses. Foram tomados, como base, todos os artigos de primeira necessidade e os seus preços atuais, nos dois países, foram reduzidos a horas de trabalho, pela média dos salários pagos aos trabalhadores nos mesmos países. Dessa forma, foi possível estabelecer dados comparativos absolutos... pelos algarismos obtidos, se demonstra que o custo de vida na Rússia, atualmente, em relação aos salários dos trabalhadores russos, é mais de quatro vezes mais elevado que o custo de vida na Inglaterra, em relação aos trabalhadores ingleses. Por aí se vê que mesmo no campo econômico que é o grande tema da propaganda stalinista, o socialismo britânico, apresenta um quadro muito superior ao do "socialismo" russo, para as massas trabalhadoras. E isso sem o sacrifício das liberdades fundamentais do homem, que são as bases essenciais do regime socialista e que na Rússia há muito são um mito.

## CASAS PARA OPERÁRIOS

(Conclusão da 1.ª pag.)

Porque não obrigar as indústrias que auferem milhões de cruzeiros em lucros, como muitas e muitas de Santos, a construir casas operárias próximas aos locais de trabalho?

Gustavo Cruzato - (Do Grupo de Base "Vila Guimar" - Santo André).

a C.G.T. francesa e italiana, os sindicatos da China do Norte (2.500.000 filiados) e os de efetivos muito mais reduzidos da África, Oriente e Ásia.

Como se vê, se excluirmos a C.G.T. francesa e italiana, já fortemente quebrantadas em sua coesão pela cisão de vários sindicatos que recusam seguir a disciplina comunista, o grosso da Federação Sindical Mundial, após a cisão agora verificada em Paris, é constituído, além da própria Rússia, pelos países controlados no plano interno e externo pela União Soviética e pelos Partidos Comunistas dispersos pelo mundo.

NOVAIS TEIXEIRA

## A verdade sobre...

(Conclusão da 1.ª pag.)

para efetivar-se a dispensa sob o rótulo de dispensa legal.

A direção do sindicato faz o jogo da administração da Estrada. O presidente, que foi nomeado pelo Ministério do Trabalho, trai os ferroviários, enquanto que os deputados federais nem sequer pensam em votar a lei da liberdade sindical defendida pelo Partido Socialista, e que permitiria a eleição de seus órgãos dirigentes. A polícia, em íntima colaboração com o sindicato e a direção da Estrada, prende os ferroviários e à plena luz do dia varre suas residências e a residência de seus progenitores, sem que para isso se muna de qualquer autorização judicial. Enquanto tudo isso vai acontecendo, o custo de vida vai crescendo e os ferroviários menos se alimentam e nem sequer podem pensar na educação dos filhos.

Hozair Matta Marcondes

(Informações prestadas por FENELON CHAVES)

## NOTAS POLITICAS

### AS "CLASSES PRODUTORAS" — Celeiro da Reação

Em recente visita que fez a São Paulo, o sr. Euvaldo Lodi, presidente da Confederação das Indústrias e, portanto, um dos grandes figurões da alta finança no Brasil, abordado pela imprensa declarou que "as classes produtoras no Brasil vêm constituindo um grande celeiro de homens públicos". Estas palavras querem dizer que a alta burguesia brasileira, que de "produtora" só tem o título, porque quem "produz" são os trabalhadores que mourejam nas fábricas, escritórios, lojas e fazendas de propriedade dessa burguesia, vem fornecendo muitos representantes para os postos de governo. E, na verdade, isso acontece. O governo do general Dutra está cheio deles. E o Parlamento também. Os ministros e os parlamentares que são banqueiros, grandes industriais ou fazendeiros são muitos. E é por isso que, sob a aparência de um regime democrático, estamos vivendo sob uma verdadeira ditadura da classe capitalista, que controla, através de seus representantes mais expressivos, ou de pessoas intimamente ligadas aos seus interesses, os postes chave do governo e do Congresso.

### O "TRABALHISMO" GETULISTA

Um certo articulista do "Diário de São Paulo", que habitualmente se derama em propaganda do sr. Getúlio Vargas, vem insistindo na tentativa de comparar o "regime trabalhista" do ex-ditador com o regime que o Partido Trabalhista britânico está implantando na Grã-Bretanha. Não acreditamos na sinceridade nem na honestidade dos argumentos do articulista, porque a comparação não é possível, para pessoas medianamente inteligentes. O "trabalhismo" de Getúlio Vargas foi uma

cópia servil do "laborismo" de Mussolini com a sua "Carta del Lavoro" e uma imitação cabocla da propaganda desenvolvida pelo "Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães", do sr. Hitler. Nasceu do ventre da reação, do fascismo. Tem, portanto, origem, conteúdo e orientação opostos aos do Partido Trabalhista inglês, que é de cunho nitidamente socialista e fruto do poderoso movimento sindical livre, desenvolvido sob o império das tradições democráticas da Inglaterra.

### CRISE NOS PARTIDOS

Os jornais noticiaram crises agudas em vários dos partidos políticos existentes no país: O Partido Republicano, o Partido Social Trabalhista, o Partido Democrata Cristão. Isso em falar em dissidências e brigas que estouraram em muitos lugares, nas seções regionais das várias agremiações partidárias. E as crises, por certo, aumentarão e acabarão destruindo vários partidos que concorrem às eleições passadas. Esse é o processo inevitável. Quase todos os partidos políticos se formaram no Brasil em torno de pessoas ou de interesses imediatos de grupos, com arranjos eleitorais, sem estrutura programática consistente, sem unidade e bases nacionais. E onde há interesses de pessoas ou grupos, as dissidências são inevitáveis e a desmoralização cedo ou tarde virá, perante a opinião pública. Pode-se prognosticar que nas próximas eleições não existirá, talvez, a metade dos partidos que disputaram as eleições passadas, sem contar o P.C.B., que foi riscado da lista, através de golpes reacionários. Enquanto isso, o Partido Socialista Brasileiro marcha, lenta mas seguramente, sem crises e sem dissidências, porque está firmemente estruturado em um programa e na vontade de um punhado de homens que lutam objetivamente, pela solução dos problemas populares.

### CARNAVAL, RELIGIÃO E SAÚDE

Na sessão de 24 de janeiro, na Câmara Municipal de São Paulo, foram objeto de consideração dois projetos de resoluções, apresentados por vereadores situacionistas: um de oficialização do carnaval, com a concessão de auxílio da Prefeitura de um milhão de cruzeiros, para os festejos carnavalescos e outro de auxílio da Prefeitura às obras da catedral, com a dotação de uma verba especial de quarenta milhões de cruzeiros, em cinco anos. Tais projetos apresentam um triste indicativo da ausência de noção de responsabilidade e de deveres para com o povo, por parte dos homens que acompanham a orientação do sr. Ademar. Na mesma sessão, o vereador Cid Franco denunciava um

fato de enorme gravidade: o Hospital das Clínicas, no ano de 1948 não pagou os seus fornecedores, porque o governo não lhe fez a entrega do verba consignada no orçamento, e terá de fechar seus portos, irremediavelmente, dentro de dois ou três meses, se o governo não efetuar aquele pagamento. Assim, enquanto pesa sobre a saúde do povo paulista a ameaça de uma grande calamidade, que seria o fechamento do Hospital das Clínicas, graças aos desmandos administrativos do governo de São Paulo, alguns vereadores situacionistas se lembram de distribuir volumosas somas do tesouro municipal, para festas e para obras suntuárias de cunho religioso. E' bem um triste sinal dos tempos em que vivemos.

### A MESA DA ASSEMBLÉIA :

Anda acesa, neste momento, a disputa em torno da mesa da Assembleia Legislativa Estadual, luta em que estão empenhadas as forças do governo e da oposição. Na verdade, parece ser grande o interesse do sr. Ademar de Barros em obter, através de conchavos de toda ordem a presidência e outros pos-

tos chave da Assembléia. Isso porque, provavelmente, neste ano, o governador se empenhará em novas batalhas para arrancar maiores aumentos de impostos e outras facilidades, que não pôde conseguir no ano passado, quando a mesa da Assembléia não se curvou aos seus desejos.

ANTONIO

### Os servidores do Estado, vítimas inermes da Exploração Capitalista

Os atos da maioria dos homens públicos do Estado de São Paulo e de toda esta infeliz nação, caracterizam-se pela irresponsabilidade e pela má fé. Parece que por serem representantes de um sistema social decadente, timbram, também, em demonstrar publicamente sua própria decadência. São essas as reflexões que nos dominam ao ler as declarações que o sr. Benedito Manhães Barreto, secretário da Fazenda do Estado, prestou a um vespertino desta capital, mais precisamente, "A Gazeta". Nessas declarações, o sr. Benedito — sempre o Benedito — esclarece que não há um só funcionário do Estado, com seus vencimentos atrasados. Fruto talvez de alguma informação errada de um burocrata displicente, ou pelos motivos acima apontados, as declarações do sr. Secretário da Fazenda tentam encobrir a humilhante situação a que estão condenados os servidores do Estado lider da federação. Ignora, por acaso, o sr. Manhães Barreto, que muitos dos infelizes servidores da máquina estatal, como os dos serviços do Vale do Paraíba, os de muitos estabelecimentos de ensino e de inúmeros hospitais (como o de diversos asilos-colônias), estão há vários meses sem receber seus miseráveis vencimentos? Exemplos típicos do que afirmamos são o de um escrívão em Tabapuan, que, com vinte e sete meses de exercício, somente recebeu a importância relativa a dois meses e o dos servidores do abrigo de menores da Penha, que há cinco meses não recebem seus parcos salários. Julgam com certeza os homens da alta administração, que o funcionalismo, sob os regulamentos fascistas que o regem e que o tornam a classe social mais policiada e oprimida, deixaria passar em brancas nuvens as levinas declarações de um alto burocrata, de um típico "bandeirante da nova geração"?

Aos justos reclamos dos servidores do Estado, os altos burocratas "sapecam" logo a resposta chavão: "O Estado não tem dinheiro". No entanto, o sr. Ademar o possui abundantemente em sua maravilhosa "caixinha", tanto assim que, não satisfeito de aliciar adeptos e de amansar "oposicionistas" às custas da maravilhosa "caixa", anda agora a distribuir o seu conteúdo pelos diversos Estados do Brasil.

A solução para esses desmandos que recaem pesadamente sobre os ombros do servidor, será a unidade da classe. Que, em cada repartição, os servidores do Estado, sem distinção de categoria ou filiação política, se organizem em comissões, eleitas o mais democraticamente possível, e em assembleia elaborem um programa que satisfaça as aspirações comuns da classe. Devem, unidos, lutar pelo aumento geral, pelo imediato pagamento dos salários atrasados, e desmascarar os falsos amigos da classe, os demagogos sem entranchas, que, intitulado-se "pais do funcionalismo", infiltraram-se em suas organizações para transformá-las em pasto para seus apetites eleitorais, como esta espúria "LESP" do sr. Pinheiro Jr., ou para, desprezando os mínimos preceitos da moral, servir de linha auxiliar da polícia em troca de postos de mando.

Desmascaremos esses manipaçoes e reafirmemos nossa posição de luta, desprezando as provocações policiais e os arranjos demagógicos de apadrinhados dos poderosos e carreiristas vulgares.

VELOSO

### Porque fracassaram as comissões de preços

E' do conhecimento geral — porque dóe na carne de cada um do povo, a ascensão constante dos preços de todas as utilidades. Os governos federais e estaduais, diante do nenhum êxito da administração financeira do banqueiro responsável pelo Ministério da Fazenda, criaram as Comissões de Preços com a finalidade de tabelar o preço de venda das mercadorias de consumo imprescindível, e com o propósito de deter a alta desordenada de todos os artigos de consumo comum. Mas, as Comissões de Preços fracassaram completamente, uma vez que o custo das utilidades não foi detido, antes continuou com tendência altista.

O que afirmamos dispensa argumentos e provas, pois é notório que aquilo que se adquire hoje por um determinado preço, poucos dias depois custa mais.

O fracasso dessas Comissões deve ser atribuído ao regime capitalista, e não aos incumpridos de dirigidas, que são apenas pessoas convenientes com esse regime vigente entre nós, no qual as forças exploradoras ocupam as posições-chaves. Como poderiam agir livre e eficientemente tais Comissões, se os maiores da indústria, do comércio e dos latifúndios nelas intervêm abertamente, senhores do regime que são?

Para que essas Comissões tivessem êxito, mistér fora que elas atuassem desembarradamente, sob a autoridade de sem concorrência do Estado, ao qual incumbiria organizar a ordem econômica, como declara o art. 145 da Constituição Federal — "conforme os princípios da justiça social".

Como admitir, porém, a justiça social, no campo de que tratamos, se os preços fixados são sugeridos ou impostos pelos manipuladores da economia nacional, entre os quais o lucro impera e a ganância desmesurada desconhece o interesse geral? Objeitando o assunto, vemos intervindo nessas Comissões os banqueiros, defendendo astutamente lucros inconscientes; aparecem os manduqueiros graduados e exigem a manutenção do sistema de mistura nas farinhas panificáveis, embora haja trigo importado e nacional, em abundância; surgem os açambarcadores da indústria hotelaria para pleitear diárias exorbitantes; e, assim por diante, classe por classe, os monopolizadores de bens e utilidades chamam a si todas as vantagens, enquanto o povo, o grande consumidor, que se restringe ao uso de todas as utilidades e conforme-se na aflição das necessidades insatisfeitas.

Mas, já é tempo do povo, que é a maior vítima dos senhores dos meios de produção e de circulação, libertar-se da minoria que espolia a massa trabalhadora. A força dessa libertação, encontrará o povo na repulsa a esse estado de coisas que aflige a maioria, no voto meditado, e no socialismo, onde os princípios governam as pessoas, onde os interesses particulares subordinam-se ao interesse coletivo.

M. Goudim

## JUSTIÇA DO TRABALHO

N. R. — Nesta Secção procuramos dar aos trabalhadores, leitores de nosso jornal, algumas noções práticas sobre questões trabalhistas, que possam servir-lhes de orientação. Nela, também, responderemos a todas as consultas que nos forem dirigidas, por empregados de quaisquer categorias, sobre dúvidas ou questões que tenham em andamento.

Empregados com mais de onze meses de serviço :

Um fato que acontece frequentemente, com muitos empregados é o seguinte : O patrão, quando vai se aproximando a época em que o empregado completará um ano de serviço, dispensa-o do emprego, afim de não lhe pagar férias e indenização. Isso porque a lei estabelece que o direito de indenização e de férias só é assegurado ao empregado depois de um ano completo de serviço. Mas acontece que muitos patrões ignoram um artigo de lei (artigo 489 da Consolidação das Leis do Trabalho) que manda contar como tempo de serviço o prazo do aviso prévio, que é de trinta dias. E o empregado despedido geralmente ignora a existência desse artigo de lei, de forma que, verificando não ter ainda os doze meses completos de serviço, se conforma com a dispensa sem o recebimento de férias e indenização e passa o recibo de quitação ao patrão. Mas a verdade é que o empregado, desde que tenha mais de onze meses de serviço, sendo dispensado do emprego repentinamente, sem aviso prévio, tem direito a um período de férias e a um mês de salário de indenização, além do dinheiro correspondente ao aviso prévio. Isso porque, de acordo com aquele artigo da lei, somando-se os trinta dias do aviso prévio (mesmo que o patrão dê este aviso em dinheiro), o tempo de serviço do empregado ultrapassa os doze meses. Assim, quando o empregado com mais de onze meses de serviço é dispensado bruscamente, tem direito a receber um mês de salário de aviso prévio, mais um mês de salário de indenização por dispensa injusta e quinze dias de férias. Somente quando o empregado recebe o seu salário todas as semanas ou quando é dispensado com justa causa, prevista na lei, é que não terá direito a essas indenizações e férias. Quando o salário é pago todas as semanas, o prazo de aviso prévio é de oito dias e este prazo somado aos onze meses não chega a completar o ano de serviço completo. E quando o empregado é dispensado com justa causa, não há aviso prévio e, assim, não se pode somar o prazo desse aviso aos onze meses, para dar direito a férias. Em resumo : O empregado, recebendo seu salário por mês ou por quinzena, e sendo dispensado do emprego bruscamente, sem justa causa prevista na lei, desde que tenha mais de onze meses de serviço, tem direito a indenização e férias, da mesma forma que se tivesse um ano de serviço completo.

ADVOGADO.

## A Federação Sindical Mundial era uma internacional comunista

"O prosseguimento das atividades da Federação Sindical Mundial significaria apenas a existência de mais uma internacional comunista — unicamente interessada em manobras políticas e não nos interesses dos trabalhadores" — declarou Arthur Deakin, que tão proeminente papel exerceu nos acontecimentos que levaram as delegações ocidentais a se retirarem da Federação Mundial dos Sindicatos.

Deakin acredita que se retiraram da F.M.S., cujo número total de filiados é calculado em 75 milhões, pelo menos 20 milhões de trabalhadores da Inglaterra, Estados Unidos, Comunidade Britânica e países europeus.

"Os comunistas continuaram sua campanha de calunias contra nós" — disse Deakin. "Continuaram a se infiltrar onde for possível. Minhas fontes privadas de informação me adiantam que, em agosto de 1949, eles aceleraram sua atual campanha vi-

sando destruir a recuperação econômica britânica. Entre seus métodos, serão empregadas tentativas para desfechar uma série de greves em setores que afetam vitalmente a nação".

Disse Deakin que ele e seus colegas retiraram-se da F.M.S. depois de ter sido recusada a proposta para que a Federação suspendesse as atividades durante um ano.

"Os americanos, holandeses e nós próprios votamos a favor da resolução. O bloco comunista recusou-se a votar. Como presidente da F.M.S., declarei então a sessão encerrada e nossas três delegações deixaram a sala. Não saímos com cordialidade. Não apertamos a mão. Dissemos simplesmente "Bom dia, meus senhores" e foi tudo".

Deakin não quis fazer declarações sobre a possibilidade de uma nova organização sindical, mas sabe-se que estão sendo tomadas providências nesse sentido.

## A defesa do interesse geral

Muita gente ainda não se convenceu de que no mundo atual não há mais lugar para individualismo exacerbado. Ainda muitos não se persuadiram de que a visão unilateral do interesse próprio, se constitui uma posição cômoda no momento, não oferece nenhuma segurança num amanhã próximo.

A democracia, de natureza estritamente política, há de ceder, em breve tempo, o seu espaço vazio de conteúdo humano, à democracia social.

Para o observador menos atento dos fenômenos sociais, já se afigura patente que "o mundo não pode continuar dividido entre os que têm e os que não têm". Os que nada têm, os que pouco têm, formam hoje, em quase todos os países, a grande maioria atormentada pelas necessidades primárias de alimentar-se, de habitar e vestir-se.

O Estado moderno, entre nós e em muitos outros climas, está fugindo à sua principal finalidade, que é realizar o bem comum. E está desviado de sua precípua finalidade, porque a maior parte dos seus dirigentes ainda não se convenceu de que, na direção da coisa pública, deve imperar o interesse geral, o bem estar de toda a coletividade, e não os interesses individuais, os de classe, os de partido.

De posse do poder, da máquina estatal, os representantes do capitalismo procuram perpetuar uma posição que o desenvolvimento dos fatos sociais tornou insustentável. Não é mais honesto a ninguém desconhecer que as desigualdades econômicas jamais foram tão agudas como na atualidade.

O único meio de evitar que essas desigualdades mais se agravem e convulsionem a vida social, é se convencerem governantes e também governados, que devem olhar os acontecimentos sociais em

sua realidade, acudindo ao interesse geral, ao bem de todos.

Aqueles que se abroquelarem, tão somente, no interesse próprio, sustentam apenas uma posição transitória, por-

que a verdadeira defesa está na trincheira dos que defendem o interesse geral, que, afinal, reverterá no bem estar de cada um.

Monteiro Gardim.

## INDICADOR PROFISSIONAL

### ADVOGADOS

WILSON RAHAL

ESCRITORIO:  
Praça Antonio Prado, 9 - 11.º andar  
Salas, 1107/9 — Fone: 3-4656

RESIDENCIA:

Rua Guararã, 230 — SÃO PAULO

DR. JULIO DE ARAUJO  
FRANCO FILHO

RUA XAVIER DE TOLEDO, 46  
2.º ANDAR

RENATO SAMPAIO COELHO

RUA CONSELHEIRO CRISPINIANO, 79  
5.º Andar - Tel. 6-6063  
SÃO PAULO

ADELMAR V. BRANDÃO  
ANTONIO COSTA CORRÊA

RUA FRADIQUE COUTINHO, 303  
R. CONS. CRISPINIANO, 79

5.º Andar - Tel. 6-3013

HIRAM MAYR CERQUEIRA

Tel.: 3-5502

R. Sen. Paulo Egídio, 61 - 3.º  
SÃO PAULO

Drs. Hozair Motta Marcondes e Carlos Nobrega Duarte

Rua Benjamin Constant, 138  
3.º Andar - Tel. 2-6652

### MÉDICOS

DR. FEBUS GIKOVATE

Xavier de Toledo, 46 - 3.º  
CLINICA DO APARELHO RESPIRATORIO  
RAIOS X

Dr. Pericles Maciel

MÉDICO

Consultorio: Benjamin Constant 61, 8.º  
T. telefone: 2-8855  
Residência: Al. Rocha Azavedo, 1052  
Telefone: 8-7458

### DENTISTAS

DR. OSVALDO ANTÃO  
FERNANDES, C. D.

Clinica geral - Infecções dentárias - Cirurgia - Raios X - Dentaduras (com curso Post. Graduação)  
Rua Barão de Itapetininga, 139 - 3.º and.

Ap. 2 - Tel.: 4-0027

SÃO PAULO

### ALFAIATARIA DEVIVO

CONFECÇÕES FINAS

Edifício Ouvidor

Rua José Bonifácio, 250 - 2.º - S. 25

FONE: 2-1617

São Paulo

### GIARDINO & CINOPOLI

— ALFAIATES —

Serviços Finos

RUA JOSÉ BONIFACIO, 387 - SALA 3

### A COOPERATIVA... conclusão da 4a. pag.

Em seu desenvolvimento, deformados os seus princípios fundamentais desde 1862, a cooperativa se tornou, como bem define Clement Atlee, uma espécie de capitalismo de consumidores organizados.

Holyoake escreveu ainda: "A cooperação tem adquirido hoje, ante os homens de Estado, toda a importância de um caso político, devido às desordens populares que se produ-

riam produzir se os interesses das classes trabalhadoras não se vinculassem às crescentes operações da capital".

O primeiro dever é esclarecer tão das essas questões preliminares, pôs assim é que poderá discutir as teses propostas e contribuir para a elevação da consciência dos militantes das cooperativas".

As teses que oferecemos à discussão são as seguintes:

Tese I — A cooperação é a maneira de ser da democracia econômica. Tende a organizar a vida econômica e social fora do Estado, através da livre vontade do cidadão e não da burocracia.

Tese II — A cooperação todavia não se reveste somente da forma clássica da cooperativa. A participação direta na gestão e nos lucros das empresas, a exploração comunal da terra, objetivam também a prática da democracia econômica, constituem manifestações de cooperação social sem serem, entretanto, cooperativas.

Tese III — A cooperativa, para ser fiel aos ideais da cooperação, deve ser anticapitalista e antiestatista; deve ter um caráter socialmente ativo e visar a transformação da ordem econômica atual. Ela deve ser uma escola de administradores do bem comum, preparando as massas consumidoras e produtoras para as tarefas de direção da sociedade.

### COMISSÃO EXECUTIVA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Balancete do mês de dezembro de 1948

Saldo .....		Cr\$ 6.473,10
Recetta .....		
Contribuições de associados	Cr\$ 5.229,00	
Contribuições diversas .....	Cr\$ 100,00	
Diversos .....	Cr\$ 258,00	Cr\$ 5.587,00
<b>TOTAL</b> .....		<b>Cr\$12.060,10</b>
Despesa .....		
Ordenados .....	Cr\$ 3.800,00	
Luz e telefone .....	Cr\$ 427,20	
Despesas de papelaria .....	Cr\$ 314,30	
Despesas postais .....	Cr\$ 314,30	
Propaganda .....	Cr\$ 1.685,00	
Aluguel .....	Cr\$ 262,50	
Contribuição à C. E. Estadual	Cr\$ 1.250,00	Cr\$ 7.819,20
Saldo a transportar para janeiro de 1949 .....		Cr\$ 4.240,90

Waldemar de Souza  
— tesoureiro

# O PROGRAMA DO PARTIDO SOCIALISTA

— 1 —

Iniciamos hoje a publicação das notas taquigrafadas da série de palestras que o companheiro Fobus Gikovate está realizando na sede do P.S.B., aos sábados, às 16 horas.

A primeira palestra, que hoje inserimos, foi feita em 29-1-49. Trata-se de uma tentativa de análise e interpretação do documento básico do P.S.B., o seu programa.

A série de palestras, que iniciamos hoje, sobre o programa do Partido Socialista Brasileiro, tem por finalidade fundamental, discutir e analisar as formulações básicas do mesmo. O programa do P.S.B. se distingue dos programas de outros partidos porque não tem uma finalidade transitória, de simples agitação, não se destina a preencher um fim passageiro. Foi elaborado pelo grupo inicial dos componentes do partido, então Esquerda Democrática, em uma série de reuniões em que os princípios gerais foram discutidos, chegando-se à formulação sucinta dos mesmos e que foram aprovados na 1.ª Convenção Nacional da Esquerda Democrática, depois de prolongadas discussões e com várias modificações. Esta Convenção realizou-se há cerca de três anos e naquele tempo nossa organização política denominava-se Esquerda Democrática.

Queremos, na medida do possível, repetir essas discussões e análises de que resultou o atual programa do P.S.B.. Assim, antes de mais nada, temos que dizer qual a constituição desse programa. Em uma análise rápida, veremos que se compõe de 3 partes perfeitamente distintas.

A 1.ª parte, que é introdução ao programa do Partido, é uma espécie de declaração de princípios. São princípios gerais de ordem econômica e política, firmados pela agremiação, e sobre os quais assenta o programa de ação propriamente dito.

A 2.ª parte, que recebe o nome de programa propriamente dito, delimita em linhas gerais a conduta do Partido, uma vez chegado ao Poder. O P.S.B. é um partido político e almeja, naturalmente, a conquista do Poder e declara explicitamente em seu programa que a edificação de uma sociedade socialista só será possível pela realização integral de seu programa e, portanto, pela atuação, no Poder, do Partido que adota este programa, que é o P.S.B.

O programa, nesta parte, expõe, embora em linhas gerais, de que maneira vai resolver os mais diversos problemas econômicos e políticos, uma vez atingido o Poder.

Mas, o P.S.B. não desconhece que um período mais ou menos longo mediará entre o momento em que se organizou como partido político e o momento em que poderá realizar o seu programa uma vez no poder. Eis a razão porque estabelece, na 3.ª parte de seu programa, um grupo de reivindicações imediatas que o próprio programa justifica da seguinte maneira: "Enquanto não lhe for possível, como governo, realizar este programa, o partido propugnará pelas seguintes reivindicações imediatas".

O partido acha que neste período a sua atividade política não se deve cingir apenas a tornar conhecido o programa que vai realizar uma vez no poder., não se deve cingir apenas à propagação e à educação política das massas. Deve lutar, na medida de suas possibilidades, mesmo sendo partido de oposição, de acordo com os circunstâncias, por uma série de reivindicações imediatas. Estas reivindicações imediatas, que analisaremos muito sucintamente em uma das últimas palestras, têm por finalidade melhorar, dentro deste regime, na medida do possível, a situação econômica das massas trabalhadoras, defender e ampliar as conquistas democráticas que caracterizam o atual regime político e, ainda mais, tem por finalidade obter determinadas medidas que possam ser elementos de transição entre o regime econômico e político atual e o futuro regime socialista. É a 3.ª parte do programa que enumera as reivindicações imediatas.

Como preliminar devemos chamar a atenção para um ponto fundamental, capital, da nossa programa, que é o seguinte: O P.S.B. acha que o campo de ação de um partido político limita-se à economia e à política a organização político-econômica do País. Não entram no campo de ação de um partido político, assim pensa o P.S.B., questões de ordem religiosa, espiritual ou filosófica. Em um dos itens do programa frisamos perfeitamente bem este fato e na ocasião daremos os motivos que nos levaram a esta posição; apenas chamamos a atenção desde já, para que ninguém estranhe o fato de limitarmos nossas discussões a problemas de natureza econômica e política.

## OS PRINCÍPIOS GERAIS

Passemos à análise da 1.ª parte do programa.

Vemos que começa com 3 considerando, que proceam definir, de uma maneira sintética, o panorama atual econômico e político do País e, praticamente, do mundo todo, e que são os seguintes:

1.º) Considerando que a sociedade atual assenta em uma ordem econômica de que decorrem, necessariamente, desigualdades sociais profundas e o predomínio de umas nações sobre outras, o que entrava o desenvolvimento da civilização;

2.º) Considerando que a transformação econômica e social que conduzirá a supressão de tais desigualdades e predomínio pode ser ob-

tida por processos democráticos;

3.º) Considerando, ainda que as condições históricas, econômicas e sociais peculiares ao Brasil não o situam fora do mundo contemporâneo quanto aos problemas sociais e políticos, em geral e às soluções socialistas que se impuserem.

Estes tópicos representam uma análise sucinta da situação atual, assim como a vê o P.S.B. Tentaremos repetir as análises e discussões das quais estes 3 considerando resultaram, como formulação sucinta do ponto de vista do P.S.B.

São muitas as correntes políticas a afirmar que da ordem econômica atual decorrem desigualdades sociais profundas. Pedemnos dizer que, hoje praticamente todas as correntes políticas desde a extrema direita à extrema esquerda, estão de acordo com a afirmação de que a ordem econômica atual gera desigualdades sociais profundas e o predomínio de umas nações sobre as outras. Entretanto, podemos dividir correntes políticas que aceitam esta formulação em dois grupos fundamentais. Um acredita que estas desigualdades não são inerentes ao próprio regime, mas, resultam do mau funcionamento do mesmo. Acreditam que é possível diminuir, atenuar e até mesmo, fazer desaparecer estas desigualdades, mediante pequenas reformas, pequenos ajusta-

mentos do regime atualmente vigente. O outro grupo argumenta que estas desigualdades são inerentes ao regime econômico-político atual e não podem ser corrigidas eficientemente no quadro da organização econômico-política atual. O 2.º grupo acredita que a característica fundamental do regime econômico vigente, a propriedade privada dos meios de produção, é a causa das desigualdades econômicas, políticas e sociais vigentes e mesmo do predomínio de uma nação sobre as outras e afirma não ser possível eliminá-las sem a abolição total e completa da propriedade privada dos meios de produção (refira-me aos meios de produção e não meios de uso).

Alguns exemplos poderão esclarecer o que dizemos. Até mesmo os partidos políticos representativos das classes dominantes atuais; isto é capitalistas e industriais, afirmam que são necessárias reformas substanciais a fim de atenuar certas desigualdades que o atual regime acarreta. O presidente dos Estados Unidos, Truman, afirmou no seu discurso de posse, que o regime democrático é incompatível com o acúmulo excessivo da riqueza em mãos de um pequeno grupo. Verificou-se fato análogo entre nós, por ocasião da célebre conferência de Teresópolis, de caráter econômico, orientada e dirigida pelas classes produtoras dominantes do País, em que se chegou à conclusão de que é preciso haver certas modificações no regime capitalista para permitir seu desenvolvimento ulterior.

Outro exemplo desta natureza é o movimento que se iniciou na Igreja Católica e que teve como ponto de partida a célebre encíclica *Rerum Novarum*. Ao analisar a situação econômica e política, neste e nos documentos subsequentes, foi criticada acerbamente a ordem política atual, expostas com clareza as desigualdades decorrentes do regime, mas, as conclusões foram as seguintes: é preciso corrigir os defeitos do regime atual para torná-lo compatível com o desenvolvimento ulterior e atenuar as desigualdades econômicas, políticas e sociais. É um movimento que pretende reformar o regime econômico-político atual sem destruir sua base, sem aboli-lo, sem substituí-lo por um completamente diferente. Na mesma ordem de idéias podem-se citar, inclusive, partidos de esquerda. Certos partidos socialistas clássicos europeus e que têm a denominação de partidos sociais democráticos, na sua totalidade ou por correntes ponderáveis no seio dos mesmos, defendem idéias análogas ou parecidas, dizendo que a transformação do regime econômico-político atual (do regime capitalista) em um regime socialista, se daria pouco a pouco, paulatinamente, sem necessidade de uma substituição mais ou menos rápida ou radical de uma ordem de coisas por outra, através de pequenas reformas desse mesmo regime. É a corrente conhecida no seio do movimento operário socialista como corrente reformista, cujo fundador foi um dos líderes do partido social democrático alemão, Eduardo Bernstein.

A corrente reformista, embora afirmasse que a substituição de um sistema pelo outro é necessária, admitia que substituição se faria espontaneamente através das pequenas conquistas diárias, através do que chamamos reivindicações imediatas.

Na outra extremidade podemos situar as organizações políticas que afirmam decorrerem os males da estrutura do atual regime econômico-político, que a raiz do mal está na propriedade privada dos meios de

produção e que todas as reformas possíveis e imagináveis não alterarão a estrutura desse regime e não eliminarão as desigualdades dele decorrentes, tornando-se necessária a abolição da propriedade privada dos meios de produção e sua substituição pela propriedade coletiva ou propriedade social desses meios de produção, o que equivale à instauração de um regime socialista. Não se trata de uma corrente uniforme. Há várias tendências e podemos distinguir, pelo menos três. Uma delas seria a tendência socialista propriamente dita, à qual se filia o nosso partido. Não acreditamos no partido na possibilidade de se chegar ao socialismo através de reformas parciais. Acha indispensável a abolição da propriedade privada dos meios de produção.

A corrente socialista condiciona a transformação a um determinado processo exposto no item 2. "Considerando que a transformação econômica social que conduzirá à supressão de tais desigualdades, pode ser obtida por processos democráticos".... A corrente socialista, à qual nos filiamos, acredita que a transformação, embora radical, da regime político-econômico pode ser realizada por processos democráticos.

Que entendemos por processos democráticos?

Entendemos por processos democráticos aqueles que tem o apoio claro, explícito da grande maioria da população, em condições de se manifestar livremente. Tudo que é feito com o apoio da grande maioria da população do país, e exprime a vontade livre dessa população é um caminho democrático, é um processo democrático. São esses processos democráticos que o Partido pretende utilizar para a realização de seu programa. Desse fato decorre uma conclusão muito importante: O partido precisa para poder realizar seu programa, assegurar-se do apoio da grande maioria da população e só pode consegui-lo através de uma campanha persistente de educação política das massas.

Uma segunda corrente, a comunista, não acredita na possibilidade da transformação do atual regime em socialista por processos democráticos. Considera indispensável a instauração de um regime ditatorial, mais ou menos transitório, que se encarregará de processar todas a transformação necessária e que persistirá durante todo o tempo de transição entre um regime e outro e que só terminará quando o socialismo estiver instaurado em toda sua plenitude.

O que caracteriza o pensamento comunista neste terreno, e é preciso sublinhar neste ponto, não é a questão de se chegar por meios violentos ou pacíficos ao poder. Geralmente se pensa que é a chegada ao poder por meios violentos ou pacíficos que distingue o comunismo do socialismo. O que caracteriza o comunismo é a instauração, uma vez chegado ao poder, por um ou outro processo, de um regime ditatorial que denominam ditadura do proletariado que persistirá enquanto não se atingir o socialismo em toda a sua plenitude. Portanto, é uma etapa cuja duração não poderá ser prevista. Uma terceira corrente um pouco mais difícil de definir, nesse terreno de idéias, é o movimento anarquista. O movimento anarquista também afirma ser indispensável a abolição da propriedade privada dos meios de produção para a instauração do regime socialista. Mas eles,



## O MOVIMENTO OPERÁRIO NORTE-AMERICANO

Os jornais de alguns dias atrás publicaram um telegrama vindo dos Estados Unidos, no qual se dizia que a Federação Americana do Trabalho (AFL) via com prazer o ajustamento do Congresso das Organizações Industriais (CIO) do seio da Federação Mundial dos Sindicatos, e encerrava com simpatia a possibilidade de participarem as duas grandes federações americanas de uma nova central sindical mundial que está em vias de organizar-se com a dissidência da P.M.S. O telegrama em questão diz textualmente que "a disposição da AFL, no sentido de participar de um grupo dessa natureza, em pé de igualdade com o CIO, representa uma concessão de parte daquela federação que, no passado, sempre insistiu em ser a única entidade trabalhista norte-americana representativa dos operários dos Estados Unidos nos negócios trabalhistas internacionais".

Essa notícia, pelo que representa de progresso nas relações entre as duas grandes organizações operárias norte-americanas, deve ser recebida com entusiasmo por todos os que vêm na unidade orgânica e não forçada do proletariado uma das armas mais eficazes na luta contra a burguesia. A cisão do movimento operário norte-americano em duas grandes centrais sindicais, se não prejudicou concretamente a luta operária, uma federação fazendo o jogo dos patrões contra a outra — como aconteceu na Itália, onde os sindicatos cristãos quebram o ímpeto da luta diária — trouxe de muito o desenvolvimento da consciência política do proletariado norte-americano. Evidentemente, esse atraso não é consequência exclusiva da cisão dos operários em duas centrais. A própria condição de país imperialista e dono, praticamente, de todos os mercados europeus, asiáticos e americanos, coloca a burguesia dos Estados Unidos em condição de oferecer um alto nível de vida ao proletariado americano, o que, fora de toda dúvida, impede um acerbamento dos conflitos de classe e desenvolvimento da consciência política dos operários.

(Continúa na 6.ª pag.)

(Continúa na 6.ª pag.)

# O PROGRAMA DO PARTIDO SOCIALISTA ( Conclusão da )

( Conclusão da )  
pagina 5

amantes da liberdade, e da liberdade individual, como são inconscientemente, levam a um extremo sua crítica ao Estado como organização política. Não admitem nenhuma espécie de Estado ou organização política na fase de transição entre capitalismo e socialismo e muito menos quando instaurado o socialismo. Teoricamente todos os grupos estão de acordo em relação ao último item. Uma vez organizada a sociedade socialista, o Estado político torna-se perfeitamente dispensável, inútil, não se enquadrando em uma sociedade socialista. Mas, na fase de transição que forçosamente, é longa, tanto pela concepção comunista como socialista, o poder político, deve persistir. Há uma diferença fundamental entre os pontos de vista comunista e socialista. Se caminhamos, na fase de transição, para uma sociedade em que o poder político desaparecerá, é justo que nesta fase de transição o poder político se vá debilitando cada vez mais, pois um organismo que tendo a desaparecer deve ir delinquindo. Teremos ocasião de voltar a este ponto na discussão de outros problemas.

Por sua vez, os comunistas, pregando a necessidade da instauração da ditadura do proletariado, se mostram defensores de um robustecimento maior ainda do poder político durante e fase de transição. Resta-nos dizer algumas palavras em relação à posição das organizações fascistas, tenham ou não claramente este nome, em relação a esta questão. A propaganda fascista, que se desenvolve intensamente em muitos países antes da última guerra, combatia muito energeticamente o regime capitalista. Eram radicais, pelo menos teoricamente, neste ponto. Afirmavam que os males resultavam do regime capitalista, que devia ser substituído. Possuíam uma concepção que tem pontos de contacto com a concepção comunista, que é a estalização dos meios de produção, que procuravam realizar por um processo diferente do partido comunista. Não chegaram a realizá-la totalmente. Assistimos no terreno econômico, à ingerência cada vez maior do Estado como organização política em todas as esferas da atividade econômica e no terreno político, à instauração de um regime ditatorial e totalitário.

Na prática, atingiram a um meio termo entre os que combatiam e os que dizem pretender. Na realidade, não chegamos a ter capitalismo de Estado em toda sua plenitude, como na Rússia, nem na Alemanha e na Itália. A situação era a seguinte: — a propriedade privada dos meios de produção persistia tanto em um país como no outro e os donos de fábricas e indústrias permaneciam à testa das mesmas. Apenas tinham seus direitos limitados pela ingerência do poder estatal, que se lhes sobrepunha, o que não acontece no capitalismo clássico. Neste regime, o poder político é emanção direta das classes dirigentes, que são as classes possuidoras dos meios de produção. Nos países fascistas, as classes dirigentes abdicaram de uma parte de suas prerrogativas em troca da defesa de seus interesses ameaçados pela onda revolucionária ascendente. Finalmente queremos chamar a atenção para uma palavra que existe no 1.º considerando e que não está por acaso: É a palavra NECESSARIAMENTE. Não é por acidente, devido ao mau funcionamento da sociedade capitalista que decorrem os males descritos; decorrem necessariamente da estrutura da própria sociedade capitalista. Condenamos a orga-

nização político-econômica atual e não admitimos a possibilidade de melhorá-la por meio de reformas parciais, se persistirem os fundamentos sobre os quais se assenta, isto é a propriedade privada dos meios de produção. Afirmamos, ainda no 1.º considerando, que resulta da atual ordem econômica o predomínio de umas nações sobre outras.

Resulta esta afirmação da análise do desenvolvimento econômico de vários países e das relações econômicas que se estabelecem entre um país e outro.

Sabemos perfeitamente bem que o desenvolvimento econômico dos vários países capitalistas não se processou simultaneamente, na mesma época, com igual ritmo. A revolução industrial, que representa o início da era capitalista começa na Inglaterra um século antes do que no continente e sabemos que grande número de países coloniais ou semi-coloniais se encontram ainda hoje em fase muito incipiente do desenvolvimento do regime capitalista. Este desenvolvimento diferente da economia dos países condiciona naturalmente as relações entre um país e outro. O país economicamente mais forte oprime o mais fraco. Sabemos que não há uma questão política e sim uma questão econômica na base desses fatos. Não precisamos ir buscar exemplos muito longe. Podemos exemplificar com fatos mais recentes, como o caso do petróleo. Os países industrialmente desenvolvidos procuram apoderar-se das reservas de matérias primas, que possuem ou possuem em quantidade reduzida, localizadas em países mais atrasados e que não estão em condições de explorá-las. A obtenção destas reservas se faz por vários processos, desde a corrupção, pela compra direta, por meio de subvenções dadas aos dirigentes políticos desses países, até ao entrometimento dos interesses econômicos dos grupos capitalistas do país mais forte com os grupos políticos do país mais fraco e, inclusive, pela força.

O poder político vem em apoio do poder econômico e vem proteger seus interesses, conquistando ou auxiliando a conquista. Sabemos que todas estas eventualidades existem realmente. Conhecemos vários países no oriente médio, que vivem no regime feudal, cujos dirigentes recebem subvenções anuais. O emir da Transjordânia e rei da Arábia recebem subvenções anuais para entregarem as reservas de matérias primas a grupos capitalistas estrangeiros, dos países altamente desenvolvidos, como os Estados Unidos e outros. Conhecemos bem o fator corrupção. A classe capitalista incipiente, débil, de um determinado país, pode se aliar o classes capitalistas mais poderosas no sentido de explorar estas reservas, exploração que se faz em detrimento dos interesses do povo. É o processo que se está procurando fazer no Brasil.

No Brasil, dada um certo desenvolvimento econômico-político, não é possível usar os métodos de conquistas direta ou da Transjordânia. De uma maneira direta ou indireta, o Estatuto do Petróleo, tal como foi apresentado à Câmara Federal, e que visa entregar a exploração das jazidas petrolíferas aos trustes estrangeiros, é o resultado dessa união de nosso capitalismo débil ao capitalismo forte dos Est. Unidos, contra os interesses da população laboriosa. Este processo de luta, que é muito complexo, se processa diariamente nos mercados mundiais através da competição, através da concorrência. A mesma concorrência que vemos no comércio e indús-

tria de um determinado país, vamos encontrar no mercado mundial entre os diversos países produtores. Esta concorrência pode se processar de uma maneira pacífica ou semi-pacífica, por exemplo, quanto aos trustes de petróleo mandam eliminar o fisicamente os indivíduos, como já fizeram, mais do que uma vez que se opõem aos interesses dos mesmos. Em determinadas circunstâncias, quando as contradições se agravam demasiadamente, e que não podem ser resolvidas pelos processos anteriores surgem as guerras locais ou mundiais. A gênese de todas as guerras, no decurso do regime capitalista está na concorrência comercial entre várias nações que ultrapassou a fase pacífica. Por isso dizemos que o predomínio de umas nações sobre as outras, que tem como consequência a exploração e conquista dos países mais fracos pelos mais fortes, como recentemente a guerra entre a Itália e Abissínia, ou guerras entre potências principais, que não podem mais de modo pacífico resolver suas divergências, entrava o progresso da civilização.

As guerras se tornam cada vez mais extensas em superfície, mais prolongadas e, devido ao desenvolvimento extraordinariamente grande da técnica, mais mortíferas. Na fim da 2.ª guerra mundial tivemos a estréia do bomba atômica e na 3.ª guerra contra a qual os socialistas devem lutar desde já, esta arma será usada em toda sua plenitude, ameaçando, inclusive, a própria existência da civilização. Repetimos que todos estes fatos decorrem da ordem econômica em que vivemos. Esta ordem econômica acarreta da uma maneira indireta, por processos complicados e frequentemente disfarçados, as guerras que entravam o desenvolvimento da civilização. Em última análise, a atual ordem econômica não só acarreta desigualdades profundas e cria miséria excessiva, ao lado da abundância também excessiva, não só cria o predomínio de umas nações sobre outras, mas também, entrava o desenvolvimento da civilização e mais do que isto, ameaça a civilização em sua própria existência. Tudo isto é uma consequência direta da atual ordem econômica, que tem como base fundamental a propriedade privada dos meios de produção.

Portanto, é justo e natural que na base desta análise sejamos obrigados a destacar a importância da abolição da propriedade privada dos meios de produção para a instauração de uma sociedade que não apresente os deficits desta, de uma sociedade que possa permitir o desenvolvimento ilimitado da civilização, que possa eliminar estas desigualdades, não só entre os elementos de uma sociedade organizada como na ordem internacional, entre opressores e oprimidos.

O 3.º considerando afirma que as condições históricas, econômicas e sociais peculiares ao Brasil não o situam fora do mundo contemporâneo, quanto aos problemas sociais e políticos em geral e às soluções socialistas que se impuserem.

É muito comum ouvirmos dizer que a índole do nosso povo é contra isso, ou contra aquilo, dando a entender que as soluções históricas que possam aplicar-se a um povo não podem aplicar-se a outro povo. Não resta a menor dúvida de que cada país tem suas peculiaridades econômicas, políticas e sociais, que são uma consequência do processo de desenvolvimento. Mas, é preciso ver até que ponto estas peculiaridades, que realmente existem, podem sobrepunham os características fundamentais, comuns a todos os países, de ordem econômica ou política. Se

sobrepunham, temos que procurar soluções diferentes, novas. Se apenas contribuírem para modificar estas condições fundamentais, as soluções terão de ser as mesmas, com pequenas modificações locais.

É fácil verificar que as condições econômicas e políticas do Brasil, são atualmente, em linhas gerais, as mesmas que já existiram em países hoje mais adiantados, e podemos ter a imagem do nosso passado, em países do mesmo continente, ainda mais atrasados do que o nosso. Apesar de todas peculiaridades o regime capitalista se impôs no Brasil. A herança econômica de origem colonial vai desaparecendo, em face da invasão do regime capitalista. Assistimos à industrialização progressiva do país e, embora em menor escala, a invasão desse mesmo processo de industrialização se faz sentir em determinados setores do próprio campo.

O processo de industrialização faz com que o facies, o aspecto econômico político do país se vá assemelhando cada vez mais em seus traços fundamentais aos países capitalistas clássicos, e as diferenças ou peculiaridades que persistem decorrem não da índole peculiar do nosso povo, mas das condições diferentes em que esta industrialização se está processando. A industrialização do Brasil se está processando de maneira diferente, não devido à índole do nosso povo, mas, porque as condições são hoje diferentes. O desenvolvimento do capitalismo se iniciou na Inglaterra em uma fase de atrazo político-cultural das massas maior do que existe atualmente no Brasil. Também as condições mundiais políticas e econômicas influem muito sobre o desenvolvimento do capitalismo em um determinado país. É preciso saber em que fase do desenvolvimen-

to se encontra o capitalismo como sistema mundial para podermos julgar as peculiaridades do desenvolvimento de um determinado país. Nosso desenvolvimento industrial em moldes capitalistas é tardio, ocorre em uma época em que o capitalismo já atingiu seu desenvolvimento máximo e está dando de ha muito sinais de desagregação cada vez mais ameaçadores. Por isso afirmamos que o Brasil não se situa fora do mundo contemporâneo, porque, embora em época histórica diferente, está passando por identicos processos de industrialização pelo qual já passaram outros países mais adiantados. Outro fato que nos obriga a não exagerar a importância das condições de um determinado país, é o grande adiantamento que atingiram os meios de comunicação pessoal e do pensamento. Com o desenvolvimento da imprensa e principalmente do rádio, que está ao alcance de toda a população, inclusive dos analfabetos (o rádio eliminou a inferioridade política dos analfabetos) tornaram-se muito facis as comunicações entre os vários países acarretando uma certa tendéncia para a uniformização, inclusive no terreno cultural.

A tendéncia para a uniformização, na esfera econômica, política, social e até mesmo cultural é um processo em pleno desenvolvimento. Não eliminou, ainda, nem eliminará, de maneira completa, as peculiaridades inerentes aos vários países. Estas peculiaridades são, entretanto, hoje de caráter secundário, e não interferem com as soluções socialistas propostas. Apenas nos obrigam a tomá-las em consideração e condicionar as peculiaridades na aplicação das medidas socialistas que se devem adaptar às condições objetivas e subjetivas de cada país.

## O movimento operário norte-americano

continuação da 5ª pag.

Mas, essa cisão nos quadros do sindicalismo americano contribuiu em muito para retardar a fundação de um partido trabalhista americano, capaz de, agrupando todos os sindicatos e os pequenos partidos socialistas — a Federação Social-Democrata e o Partido Socialista Americano, bem como eventualmente, os grupos mais esquerdistas, levar o proletariado norte-americano a novas posições táticas e estratégicas na luta contra a burguesia. As rivalidades que sempre existiram entre a AFL e o CIO, rivalidades de ordem secundária, fizeram esse trabalho de obstrução, ao lado da demagogia do Partido Democrático que, nessas últimas eleições, fazendo Truman vitorioso, conseguiu eliminar a possibilidade imediata da fundação de um partido trabalhista, que, caso Dewey tivesse ganhado as eleições, seria formado imediatamente.

Assim, a transigência da AFL, admitindo a participação do CIO em pé de igualdade na futura central mundial, é bem promissora, e demonstra que a época das rivalidades estereis já está ultrapassada.

Bastante sintomático desse espírito de união entre as duas centrais, é a troca de correspondência que se verificou entre Philip Murray,

presidente do CIO, e William Green, da AFL, a propósito de uma unidade de ação das duas centrais no terreno legislativo. Essa troca de correspondência, que se verificou em dezembro do ano passado, evidencia que o caminho para a unidade sindical está aberto nos Estados Unidos, uma unidade nascida das necessidades da luta e não imposta por um estado político totalitário. Na correspondência acima aludida, William Green informava a Murray que a melhor maneira das duas centrais se unirem e tornarem vitoriosos seus propósitos, era "estabelecer a unidade orgânica entre a AFL e o CIO". Como se vê, parece que, finalmente, o proletariado americano está a caminho de se organizar em uma ampla central sindical, congregando aproximadamente dez milhões de trabalhadores.

BOLÍVIA — Num movimento talvez único na história das lutas operárias americanas, os mineiros bolivianos sequestraram o ministro do trabalho, em represália à prisão, pela polícia, de um seu líder. O ministro do trabalho somente será posto em liberdade, quando o líder mineiro voltar a gosar dela.

O. S. F.

# O Sindicato deve ser livre e não amarrado ao Carro do Estado

Por ocasião de recente visita realizada pelo atual ministro do Trabalho, sr. Honório Monteiro, à Câmara de Vereadores de Santo André, o Presidente dessa casa legislativa designou um representante de cada um dos partidos para saudar o ministro do sr. Dutra.

Para falar em nome da representação socialista foi designado o companheiro Syr Martins, que ao contrário dos representantes de outros partidos, que se derramaram em mesuras e rapapés ao Ministro dos Padrões, aproveitou a oportunidade para, corajosamente, apresentar as reivindicações dos trabalhadores.

Damos, a seguir, as principais passagens dessa oração, que deixaram em mãos leuçóis o "seu" Honório, que a ela foi incapaz de responder sãriamente.

O discurso do companheiro Syr Martins:

Cremos, baseados em vossas estupendas promessas que olhareis para todos os trabalhadores porfiando em ajudar os desprotegidos, de modo a elevá-los da condição de máquinas e escravos a concidadãos e verdadeiros seres humanos. Cremos que V. Excia., como Ministro dos trabalhadores, bem como da Indústria e Comércio, não distingue os homens pela diferença das vestes, ou pela linguagem que usam, nem pela riqueza material que possuem.

Certamente vistes a Santo André querendo sentir os anseios deste povo. Permitti, pois, Sr. Ministro, que arvorando-me em porta-voz de milhares de trabalhadores eu vos diga com singélas palavras e extrema sinceridade o que tenho ouvido, visto e percebido nas reuniões, palestras e confidências dos nossos trabalhadores. Estes em geral, após longo período de apatia, voltam a organizar-se, não mais sob o influxo do comunismo, mas movidos pela sua aflitiva e dolorosa situação, que se agrava com a constante majoração dos preços em desnível com os ordenados que inexplicavelmente não são elevados na mesma proporção. Por isso multiplicam-se dissídios, greves e o descontentamento popular. Sabemos que a remuneração das folgas dos trabalhadores sem a participação destes nos lucros das empresas ou desacompanhadas de reajustamento dos salários não melhoraram satisfatoriamente as condições de miséria dos trabalhadores. O descanso remunerado foi forjado pelos representantes das Indústrias e por influência destes defeitosamente regulamentado.

## O DIREITO DE GREVE

Nesta altura do meu discurso, lembro Sr. Ministro a necessidade da regulamentação imediata do Direito de Greve, direito internacional assegurado pela justiça e previsto pela Constituição Federal e aprovado na Conferência de Chapultepec.

Senhor Ministro, sabemos que os nossos capitalistas retrógrados, alheios ao evento glorioso do Socialismo, cedem somente quando forçados após lançarem mão de

muitos subterfúgios Esquecem-se de que é preferível ceder um pouco hoje do que sofrer amanhã os efeitos de completa subversão social. Portanto, aos nossos trabalhadores, que são homens conscientes das suas próprias necessidades e do que é justo, cabe legitimamente exercer o direito de greve para conseguirem suas justas reivindicações econômicas e promoverem manifestações de protesto ou solidariedade de classes

## A AUTONOMIA SINDICAL

Um outro problema local e geral dos trabalhadores Sr. Ministro, permitti que seja denunciado: é não se estender aos Sindicatos as conquistas da liberdade e autonomia. Se todos os órgãos públicos e privados do país sofreram reconstitucionalização, depois do 29 de outubro, é incompreensível que os Sindicatos pertencentes aos trabalhadores como órgãos de defesa e de reivindicações estejam nas mãos de inexpressivas e execráveis minorias, que os transformaram em simples agências governamentais. As últimas diretorias eicitas há muito esgotaram o seu mandato, sendo mantidas por merecerem a confiança dos poderes públicos ou substituídas por interventores. E não se fala em eleições. Sabeis que Sindicato estatizado não é Sindicato. Na Democracia o Sindicato deve ser livre e não amarrado ao carro do Estado, para que possua como órgão da classes exercer as suas finalidades.

Batem-nos pela lei de emergência que propõe uma eleição geral, por voto secreto, das Diretorias e Conselhos Fiscais dos Sindicatos de todo o Brasil.

## O trabalhador continua explorado

Continúa o trabalhador explorado pelos mealheiros que tendo em excesso não fazem justiça aos construtores da sua riqueza. Eles valen-se dos ombros dos outros, ganham em excesso e afinal só lhes dão mesquinhas sobras.

Senhor Ministro, é estranhável que quando até mesmo os dirigentes do país, oficiais das forças armadas, deputados, senadores e vereadores lutam e conseguem a majoração dos seus vencimentos, não possam os trabalhadores aspirar e pleitear com apóio dos poderes públicos a melhoria da sua situação! O Estado intervém nestes casos quase sempre com parcialidade ao lado do capitalismo, desamparando o trabalhador, inclusive perseguindo-o arbitrariamente por meio de forças policiais. Pergunto: não é estranhável ter o Brasil assinado a Declaração dos Direitos Humanos e as suas autoridades permitirem abusos contra as liberdades individuais e reuniões no interior do país?

## Fiscalização das indústrias

Senhor Ministro do Trabalho: agora não alonguemos os olhares para os problemas gerais, além do horizonte, para falarmos de dois problemas locais, urgentes, e cuja solução Vossa Exceclência poderá mandar-nos como presente de carnaval ou Páscoa.

1.º — A instalação de um órgão fiscalizador das indústrias, em Santo André, igual nos que já existem instalados em dez cidades do Estado de São Paulo. São péssimas as condições sanitárias, de segurança e conforto na maioria dos nossos estabelecimentos fabris. As leis vigentes não são observadas. Os industriais não ignorando a Lei, burlam-na acintosamente em conivência com agentes venais que aqui aparecem esporadicamente. Faltam, na maioria delas, refeitórios, instalações sanitárias adequadas, restaurantes, vestiários, etc. Em consequência os nossos valerosos operários trabalham em ambientes saturados de pó, sem sol, sem conforto, expostos a acidentes e umidade, respirando vapores deletérios, em lugares infectos e perigosos que os predispoem às moléstias e morte prematura.

Não somos contra as indústrias, mas contra as injustiças sociais, a violação das leis, a miséria e o sofrimento que afetam os operários. Condenamos os que falam muito em "necessidade de produção", "reequipamento industrial" e lucros, esquecendo-se do elemento humano que move as máquinas, o qual necessita de proteção, conforto e saúde para ser eficiente e produtivo. A fiscalização regular das nossas fábricas é o primeiro problema local e o segundo, é a falta de um restaurante popular, mantido pelo SAPS.

## RESTAURANTE POPULAR

Como por certo já teria notado o Senhor Ministro, a nossa cidade é espraíada, sendo a maioria dos bairros operários distantes do centro. Ora, não dispondo de largo tempo para transportarem-se da fábrica para os seus domicílios na hora das refeições e, outras vèzes, lhes faltando meios de condução, os nossos trabalhadores são obrigados a alimentar-se nas fábricas, onde com raras exceções não existem refeitórios nem simples estufas para aquecer narmitas. O resultado disso é um número sem contas de enfermidades ou de deficiência alimentar como atestam nossos médicos. Cremos, Senhor Ministro que fazemos jús ao Posto de Fis-

calização e a um restaurante popular, em vista da importância da nossa produção industrial e número de operários. Reivindicamos esses benefícios para a cidade de Santo André. Se vistes para nos visitar, sabieis de antemão que alguém vos massaria com queixas e pedidos. Eu tomei essa iniciativa. Esta é a palavra sincera de um representante socialista que deseja transformações sociais e justiça para as massas famintas e desprezadas, de acórd com os elevados princípios de caridade e moral, ensinados por Cristo.

O Povo pede menos demagogia, menos burocracia e maior atenção, amparo social e justiça.

## VIDA PARTIDARIA

### GRUPO DA FAZENDA DA LAGOA

Recebeu a Comissão Executiva Estadual, há dias, por intermédio da Comissão Municipal de Pereira Barreto, cópia da ata de instalação do novo grupo de base do Partido Socialista Brasileiro: o Grupo da Fazenda da Lagoa, no distrito de Bela Floresta, no município de Pereira Barreto, composto de 26 trabalhadores, empregados e colonos da Fazenda.

A direção eleita desse novo grupo socialista está assim constituída: presidente, Francisco das Chagas Carneiro; secretário, Galdino de Almeida; tesoureiro, Leolino Ferreira.

Trata-se do primeiro grupo socialista de base agrária, e sua instalação marca o começo da penetração do Partido Socialista Brasileiro no campo.

Felicitações, nesta oportunidade, os companheiros do Grupo da Fazenda da Lagoa, bem como os da Comissão Municipal de Pereira Barreto, pelo espírito de empreendimento e de dedicação ao ideal socialista que tão bem comprovaram.

### Eleições nos novos municípios

A Comissão Executiva Estadual aprovou uma resolução, no sentido de realizar a próxima reunião plenária da Comissão Estadual, nos dias 26 e 27 de março, na cidade de Jau. O tema central dos debates dessa reunião será a questão agrária.

### Expediente da Secretaria da Comissão Estadual:

Entre os novos municípios criados no Estado de São Paulo, o Partido Socialista Brasileiro concorrerá às eleições que serão realizadas em março próximo, nos seguintes municípios: Cubatão, São Caetano do Sul, Barueri, Poá, Vinhedo, Arcaiva, Adamantina, Aguapeí do Alto e Piratininga. Todavia, acham-se em andamento trabalhos de arrecatamento e propaganda em outros novos municípios.

### Expediente da Secretaria da Comissão Estadual:

Diariamente, na sede do Partido, a Praça da Sé, 237, 2.º andar, a Secretaria da Comissão Executiva Estadual dará expediente, das 16,30 às 17,30, para atender aos companheiros representantes das organizações do Partido no interior do Estado ou visitantes que a procurarem. À noite, os interessados poderão procurar a sede do Partido às terças e quintas-feiras, das 20,30 hs. às 23 horas. Quaisquer entendimentos telefônicos com a secretaria poderão ser feitos pelos telefones 3-2520, 3-9784 e 6-3013.

## "A QUESTÃO AGRÁRIA"

Acha-se à venda, na sede do Partido, esta obra clássica do socialismo, de autoria de Karl Kautsky. O preço do exemplar é de Cr\$ 5,00, revertendo o produto da venda para a caixa da Comissão Estadual.

## A VOZ DO PARTIDO NA RÁDIO AMÉRICA

Prosseguem as irradiações do Partido Socialista Brasileiro, todas as segundas-feiras, às 22,30 horas, na Rádio América. A Secretaria de Propaganda da Comissão Estadual pede a todos os membros do Partido interessados em participar das referidas irradiações que a procurem ou enviem sugestões.

# UNIÃO POPULAR CONTRA A LEI DE SEGURANÇA

## O PARTIDO SOCIALISTA E A PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS

A constituição de 1946 foi elaborada em um momento em que as massas populares, depois de sacudido o jugo da ditadura estadonovista, estavam organizadas e vigilantes em defesa das instituições democráticas nascentes. Esta situação influiu poderosamente nas mentes dos constituintes que, na sua grande maioria, representavam os interesses das classes dominantes. E, assim, embora conservassem intacto o regime capitalista vigente, viram-se obrigados, em face da consciência democrática despertada, a consignar na constituição, não só as liberdades elementares, próprias de um regime democrático, mas também uma série de reivindicações, de natureza econômica, que, sem alterar a estrutura capitalista e sem atingir a propriedade privada dos meios de produção, iriam contribuir para elevar o baixo nível de vida das massas trabalhadoras. Entre estas medidas avulta, pela sua excepcional importância, a que prescreve a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas. Esta reivindicação já estava incorporada ao programa do Partido Socialista, aprovado em Abril de 1946, quando ainda se denominava Esquerda Democrática.

O preceito da participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, inscrito na constituição, dependia de regulamentação, isto é, da elaboração, pelo mesmo Congresso, de uma lei que assegurasse e tornasse obrigatória a sua execução prática. Neste, como em todos os outros casos análogos, o Congresso provou claramente a sua natureza de classe, de defensor dos privilégios das classes dominantes, detentoras dos meios de produção e exploradoras das massas trabalhadoras das cidades e dos campos. Já decorreram mais de dois anos depois de aprovada a constituição e a lei reguladora da participação nos lucros ainda não foi elaborada. Um eficiente sistema de obstrução, de que participam quase todos os componentes do Congresso, faz com que os ante-projetos, já apresentados, fiquem trancados nas gavetas, donde só um movimento ativo e organizado dos interessados poderá arrancá-los.

O P.S.B. chama a atenção de todos os interessados, que constituem a maioria esmagadora da população do país, pa-

ra a necessidade de se organizar um poderoso movimento de opinião, indispensável para que o Congresso se veja obrigado a elaborar a lei, embora contra os interesses das classes que representa. Este movimento não pode limitar-se apenas a impor a elaboração da lei. Deve ir mais longe. Deve saber exatamente que espécie de lei de participação nos lucros deseja e como fazer valer a sua opinião. E' tarefa de todos os organismos populares, principalmente dos sindicatos, discutir o assunto em assembleias e fazer ouvir a sua voz.

O P.S.B. que já discutiu o assunto, em Sorocaba, em reunião plenária da Comissão Estadual de S. Paulo, e voltou a tratar do mesmo problema na reunião plenária realizada nos dias 15 e 16 de Janeiro na Capital, procura contribuir, na medida de suas possibilidades, para a solução do problema da participação nos lucros a favor das massas trabalhadoras. Não está excluída a hipótese de ser elaborada uma lei que torne letra morta o preceito constitucional e transforme a participação nos lucros em simulacro ridículo e ineficaz.

O P.S.B. já firmou alguns conceitos que julga indispensáveis para evitar a burla por parte dos patrões. Em primeiro lugar julga o P.S.B. imprescindível que a lei faculte aos trabalhadores a fiscalização das empresas, afim de que os lucros não desapareçam por um passe de mágica, através dos mil e um expedientes usados para a sonegação dos lucros para fins fiscais. Desta fiscalização se beneficiarão, não só os trabalhadores das empresas, que defenderão a sua parcela nos lucros, mas também os governos, cujas rendas se elevarão substancialmente, uma vez tornadas impossíveis as manobras fraudulentas usadas habitualmente por quase todos os capitalistas e que não encontram um corretivo eficaz na nossa legislação. Não é segredo para ninguém que a fiscalização tem sido até agora ineficaz para evitar a fraude no terreno fiscal. Em segundo lugar, o P.S.B. acha indispensável evitar que sejam introduzidas na lei a ser elaborada "condições" que permitam, por meio de manobras hábeis, eliminar a participação ou reduzir a participação nos lucros de grandes camadas da população laboriosa. Entre estas "condições" podemos citar,

antes de mais nada, a antiguidade, que faria com que as empresas desmitissem os seus trabalhadores no fim de um certo número de anos. Aliás, muitas empresas já o fazem em função da lei de estabilidade. Em terceiro lugar deve-se combater com toda energia a "teoria" da taxa de remuneração do capital. O capital por si só não pode nem dever taxa de remuneração. Os capitalistas que dirigem a empresa recebem vencimentos ou retiradas cujo máximo é fixado por lei. O restante é lucro que resulta, no regime capitalista, do funcionamento da empresa. Assim o P.S.B. julga que 50% dos lucros, deduzidos apenas os impostos, devem ser distribuídos entre os trabalhadores, não se devendo permitir, em hipótese alguma, outras deduções, sob forma de taxa de remuneração do capital ou semelhantes.

O P.S.B. reconhece que não tem por si só elementos e força suficientes para intervir decisivamente na solução deste problema.

O P.S.B. apela para as massas trabalhadoras das cidades e dos campos para que se organizem e façam valer os seus direitos nesta e em todas as outras questões em que estão em jogo não só os seus interesses econômicos mas também a sorte da nossa incipiente democracia.

F. GIKOVATE

## Folha Socialista

### Deslindam-se os campos no Sindicalismo Internacional

Paris — A cisão na "Federação Sindical Mundial", que se verificou em Paris, é um acontecimento meramente político. Reflete no campo sindical a tensão entre Leste e Oeste. A saída da C.I.O., americana, das "Trade Unions" britânicas, e dos sindicatos holandeses arrastará, sem dúvida, a separação de outras Centrais Nacionais fora da obediência comunista. Com a fundação de uma nova "Internacional de Sindicatos Livres", que será a lógica consequência dessa cisão, veremos, assim, de um lado a "Federação Sindical Mundial", obediente às direttrizes do Kominform, e do outro os mais fortes núcleos do operariado organizado colocado na órbita das Democracias Ocidentais.

Para bem se compreender o processo desse acontecimento, historicemos um pouco seus antecedentes.

Em julho de 1919, constituiu-se em Amsterdã a "Federação Sindical Internacional", que reunia em seu seio, em 1938, cerca de vinte milhões de filiados. Não estavam nela representadas a Alemanha, a Itália e a Áustria, os sindicatos soviéticos e a C.I.O., organização norte-americana, rival da "American Federation of Labor".

Era, no entanto, a mais importante das três internacionais então constituídas. Eram as outras a "Internacional Sindical Vermelha", fundada em Moscou em 1920, que reunia em torno dos sindicatos soviéticos aqueles que, fora da Rússia, obedeciam à disciplina comunista, e a "Confederação Internacional Cristã", fundada na Haia em 1920, agrupando as organizações sindicais inspiradas na doutrina social cristã. Pertou da "F.S.I.", por sua ação e ideologia, mas conservando ciosamente sua independência, funcionavam ainda os Secretariats Profissionais, reunidos nas Uniãoes Internacionais das Federações Nacionais de Indústrias. Os mais importantes daqueles eram os dos Transportes, Mineiros, Metalúrgicos e da Educação.

Finda a guerra, na atividade sindical internacional refletiu-se também a euforia de conciliação e coexistência das correntes políticas dispersas que haviam lutado contra o fascismo. Era mister que, a coexistência política, correspondesse a unidade sindical. Foi criada para tal fim a "Federação Sindical Mundial", cujos estatutos foram votados em Paris a 3 de outubro

Continúa na 2.ª pag.

## LUTEMOS PELO DESCANSO SEMANAL REMUNERADO

Decididamente, os industriais de São Paulo não desejam, de maneira alguma, cumprir as leis que seus representantes na Câmara Federal votam. Apesar de controlar politicamente a vida da nação, a Federação das Indústrias não dá mostras de desejar por em execução aquelas medidas que beneficiam os trabalhadores, e que os deputados foram obrigados a votar afim de dar uma aparência "progressista" ao governo do sr. Dutra e ao regime capitalista.

O caso mais atual em que se manifesta essa má vontade da Federação das Indústrias, é frente do qual se encontra o ex-ministro do Trabalho (?), Morvan de Figueiredo, é a questão do descanso semanal remunerado.

Todos os trabalhadores estão ao par das dificuldades que encontrou a lei para ser aprovada na Câmara e no Senado. Para mostrar a que ponto chegou a resistência dos deputados e senadores, basta dizer que, depois de dormir muito tempo e ser aprovada na Câmara, a lei ficou dormindo seis meses nas gavetas do Se-

nado, sem receber parecer com uma portaria ou um decreto que regulava o assunto anulado o mesmo decreto-lei. E' isso evidentemente que eles querem. Que o ministro do trabalho que é advogado deles todos, faça um decreto que anule, sob o pretexto de regulamentar, a conquista dos trabalhadores.

E' preciso que os trabalhadores se unam e desmascarem esse golpe dos patrões. A lei está em vigor e não precisa ser regulamentada. Quando a lei não existia, havendo apenas o preceito constitucional, os patrões não pagavam por que era preciso que houvesse uma lei que "regulamentasse" o assunto. Agora que a lei existe, quem um decreto. Se o decreto for feito, vão querer uma portaria, de maneiras a nunca pagar esse direito a que os trabalhadores fazem jus.

Que em cada fábrica, em cada empresa, em cada local de trabalho, os trabalhadores se unam, organizem-se em comitês e reivindiquem o pagamento imediato do descanso remunerado!

O. S. F.

### Conferencias sobre o Programa do P. S. B.

Desde o dia 29 de Janeiro último, estão sendo realizadas, na sede do P. S. B., à Pça. da Sé n.º 237, 2.º andar, às 16 horas, todos os sábados, conferencias explicativas do programa partidário, a cargo do companheiro Febus Gikovate.

A entrada é franqueada a todos os interessados.